

Municipalização da cultura?

18 de Fevereiro de 2020

Em Outubro 2019, o nosso colega e gestor cultural Rui Matoso assinava um artigo de opinião no jornal Público intitulado [A insustentável leveza do municipalismo cultural](#). Nesse artigo, que foi bastante discutido nas redes sociais, Rui Matoso citava Sophia de Mello Breyner (“*Não queremos opressão cultural. Também não queremos dirigismo cultural. A política, sempre que quer dirigir a cultura, engana-se. Pois o dirigismo é uma forma de anticultura e toda a anticultura é reacionária.*” – *Assembleia Constituinte de 1975-1976*) e questionava: “É a uma câmara que cabe a função de promover, por exemplo, um Festival Transcultural? Ou, pelo contrário, a sua função deve ser a de gerar políticas, ferramentas e condições de produção para que os acores sociais, designadamente minorias, construam um projeto participado e sustentado?”. Pensamos que vale a pena debatermos a reflexão do Rui de viva voz. Este será o primeiro debate de 2020.

ANGRA DO HEROISMO, Instituto Açoriano de Cultura

Participação: Guido Teles, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo; José Olívio Mendes, Instituto Histórico da Ilha Terceira; Marcos Trovão, Grupo de Teatro Alpendre

Moderação: António Neves, Poeta

CASTELO BRANCO, Fábrica da Criatividade

Participação: Elsa Ligeiro, produtora cultural; Graça Passos, programadora cultural/produtora; Pedro Salvado, Museu Arqueológico do Fundão

Moderação: Alexandre Barata, Estação Teatral

ÉVORA, Igreja de São Vicente

Participantes: José Russo, CENDREV; Marcial Rodrigues, Grupo Pro-Évora; Miguel Pedro, Director da Divisão de Cultura e Património da Câmara Municipal de Évora; Pablo Vidal, Sociedade Harmonia Eborensis

Moderação: Leonel Alegre, Universidade de Évora

FARO, Ruínas Romanas de Milreu, Estoi

Participantes: Adriana Nogueira, Professora Universitária; Candela Varas, Cineclube de Tavira; Filomena Sintra, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim com pelouro da Cultura; Hugo Alves, músico; Vítor Aleixo, Presidente da Câmara de Loulé com pelouro da Cultura

Moderação: Dália Paulo, Acesso Cultura

FUNCHAL, Teatro Municipal Baltazar Dias

Participação: Élia Gouveia, Vereadora da Cultura do Município de Santana; Isabel Gouveia, Curadora do Solar do Ribeirinho - Núcleo Museológico de Machico; José António Barros, Teatro Metaphora; José Luís Fernandes, Contigo Teatro; Madalena Nunes, Vereadora da Cultura e Educação do Município do Funchal;

Moderação: Emanuel Gaspar, Casa da Cultura de Santa Cruz



LISBOA, Museu Bordalo Pinheiro

Participação: Elisabete Paiva, directora artística do Materiais Diversos; Marta Martins, Directora Executiva da Artemrede; Rui Matoso, Investigador no Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT); Rui Mourão, artista e investigador

Moderação: Maria Vlachou, Acesso Cultura

PONTA DELGADA, Instituto Cultural de Ponta Delgada

Participação: António Pedro Lopes, Artista e Curador Independente; Igor França, Câmara Municipal da Lagoa; João Rebelo Costa, Arquitecto

Moderação: João Paulo Constância, Museólogo

PORTO, Museu e Igreja da Misericórdia do Porto

Participação: Fátima Alçada Oficina, Guimarães; Gil Ferreira, Vereador de Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira; Vânia Rodrigues, Gestora Cultural

Moderação: Alexandre Matos, Museólogo

TORRES NOVAS, Cineclube de Torres Novas

Participação: Júlio Costa, Colectivo 249; Marta Tomé, bailarina e professora de dança; Nuno Guedelha, Cineclube de Torres Novas

Moderação: Manuel Gama, coordenador do Observatório de Políticas de Comunicação e de Cultura do CECS, Universidade do Minho.

VILA NOVA DE FAMALICÃO, Galeria Ala de Frente

Participantes: Alexandre A. R. Costa, Artista Plástico e Curador; Leonel Rocha, Vereador da Educação e Conhecimento e da Cultura; Rui Alves Leitão, Fértil – Associação Cultural

Moderação: Marlene Oliveira, Fundação Cupertino de Miranda

Resumo

Qual é o estado atual?

Principais ideias, questões e afirmações dos convidados e do público:

- Os municípios assumem parte do papel que caberia ao Estado central. É necessária uma maior definição das responsabilidades de financiamento e gestão de cada parte.
 - Conhece-se pouco sobre o processo em curso de transferência de competências para as autarquias locais na área da cultura (Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, na versão atual).
 - Se em algumas regiões, como o Alentejo, os municípios não fizessem programação, existiria um grande vazio cultural.
 - Se não houvesse município, haveria cultura só em Lisboa e no Porto.
 - Nos Açores, existe uma ausência generalizada, por parte das autarquias, de estratégia para a cultura, nos domínios da inclusão, da aproximação à comunidade, e do conhecimento e acompanhamento das novas dinâmicas.
 - Em Évora, o município está progressivamente a afastar-se da programação cultural. Por exemplo, o festival Artes à Rua começou por ser totalmente programado pela câmara, mas hoje uma boa parte da programação é feita através de calls a artistas, em que o júri não tem qualquer relação com o município.
-
- Qual é a função do município: gerir os projetos ou apoiar e fomentar os projetos?
 - Cabe aos municípios a função de coordenar os *stakeholders*, desenvolver políticas culturais de âmbito territorial, promover a educação cultural e a formação de públicos.
 - Os municípios têm um papel fundamental na mediação cultural.
 - Os municípios têm um importante papel ao nível da promoção e criação de parcerias. Sem o envolvimento das autarquias, em certos casos, não haveria iniciativas.
 - Em alguns casos, a cultura municipal tem como objetivo os votos e os likes no Facebook - promove maioritariamente eventos, cuja prioridade principal é a da promoção das figuras e pessoas do poder municipal.
 - O que acontece quando mudam os executivos?
 - Os orçamentos municipais para a cultura são reduzidos.
 - A precaridade dos programas culturais advém, muitas vezes, da falta de conhecimento e da ausência da identificação das necessidades.
 - Falta de formação especializada, currículo académico e profissional dos profissionais e decisores políticos da área da cultura nos municípios.
 - Falta de autonomia dos profissionais das áreas culturais dos municípios, em relação à presidência (centralismo).
 - As autarquias locais têm poucos recursos humanos qualificados na área cultural.
 - A municipalização das iniciativas pode não ser negativa em regiões com população diminuta e envelhecida.

- Em alguns casos, há, por parte das entidades públicas, um desconhecimento dos agentes culturais que estão no terreno e existe uma manifesta dificuldade de diálogo.
 - O objetivo do Município de Évora é criar infraestruturas culturais (salas de espetáculo, galerias, etc.) pensadas, geridas, ocupadas e programadas por agentes culturais.
 - No debate de Évora, os agentes culturais convidados não sentem que exista ingerência política/ideológica nas suas atividades de criação artística por parte dos municípios com quem trabalham, embora reconheçam a existência de alguns casos no território nacional.
 - Nos meios mais pequenos dos Açores, há uma tendência/necessidade de os municípios se substituírem aos agentes culturais.
-
- Tensões entre programador–autor e programador-município. O programador-autor impõe a sua visão, independentemente do território?
 - No Sardoal, o Presidente da Câmara é músico e faz uma excelente programação. Não devia? Terras pequenas não podem necessariamente investir em programadores.
 - Reproduzimos modelos (p.e. do programador carismático), achando que devem existir da mesma forma em qualquer lado. Boas práticas num sítio não funcionam da mesma forma noutra. Podem existir, por exemplo, equipas coletivas de programação ou modelos de programação que incluem os cidadãos.
 - Qual é a importância de mecanismos de cogestão (direções artísticas e executivas)?
-
- Existem insuficientes mecanismos de participação. Não podemos ficar pela “democratização”.
 - Dificuldade das instituições em aceitar a crítica (e a autocrítica) como parte fundamental da sua função pública.

Que caminhos e desafios?

Principais ideias, questões e afirmações dos convidados e do público:

- Em Portugal não existe um poder intermédio entre Estado e autarquias. Dever-se-ia repensar as fórmulas de remodelação política.
- Não existem políticas municipais para a cultura. O plano estratégico para a cultura em Lisboa é um bom exemplo.
- Os vereadores da cultura e os presidentes das autarquias não se devem imiscuir na programação cultural do seu município. Devem delegar e dar voz às organizações culturais locais, dando os meios para estas se desenvolverem livremente.
- Órgãos idóneos que decidam a distribuição dos dinheiros públicos, de acordo com estratégias e critérios adequados.
- Autarquias com obrigação de zelar pela preservação do património cultural sem se apropriar ou controlar.

- As câmaras devem incentivar e potenciar a iniciativa dos agentes culturais, com quem devem trabalhar “no terreno”.
 - Criar programas a partir de uma estratégia desenvolvida com os agentes culturais.
 - As entidades públicas têm a obrigação de conhecer os agentes culturais no terreno: devem adotar formas ativas de desenvolver esse conhecimento e de promover o diálogo.
 - Falta de clareza/transparência das políticas culturais – necessidade de reivindicar esquemas de transparência, regulamentação própria; necessidade de independência na avaliação de projetos culturais à escala local.
 - Recrutamentos transparentes e baseados na competência.
 - Atribuição de financiamentos baseada no mérito e nas atividades desenvolvidas.
 - Os agentes locais necessitam de crescer em maturidade, é preciso alimentar a massa crítica local. Os municípios têm de criar as condições para que as pessoas cresçam, caso contrário, não haverá massa crítica.
 - Necessidade de os agentes independentes caminharem e agirem a um ritmo e com linguagens próprias e autónomas, alternativas e desafiadoras ao poder político.
 - Necessidade de combater preconceitos dos dois lados (agentes – municípios).
-
- Necessidade de investir em estruturas e na sua manutenção.
 - Parcerias entre municípios, na área da cultura, de modo ganhar escala e a criar melhores condições de acesso aos apoios comunitários.
-
- Os vereadores da cultura devem dialogar e ouvir os vários agentes culturais e os técnicos especialistas das áreas culturais, para poderem decidir mais esclarecidamente.
 - O poder político das autarquias deve dar total liberdade aos programadores culturais, tendo sempre em conta uma programação cultural criteriosa e pluralista, que possa ajudar a formar novos públicos mais conscientes, críticos e exigentes.
 - Os teatros municipais deveriam ser dirigidos por uma estrutura artística independente do “funcionalismo da câmara”.
 - A importância de existir uma equipa de programação, com *know how*, nos espaços municipais.
-
- Desenvolver capacidade de diagnóstico que permita identificar formas de aproximação aos públicos.
 - Definir objetivos estratégicos para o território; avaliação e monitorização.
 - Desenvolvimento de ações que promovam a participação dos jovens e o incremento de massa crítica, como forma de alcançar a democratização cultural na juventude.
 - Promover a participação, de forma a estimular e salvaguardar a biodiversidade cultural.
 - Alargar mais o âmbito dos orçamentos participativos na área da cultura.
 - Não obstante as responsabilidades dos municípios no que concerne à definição de políticas culturais, é importante não esquecer a necessidade de auscultar os cidadãos sobre os programas culturais propostos. A unilateralidade dos processos de tomada de decisão foi encarada como um dos problemas da atualidade.
 - Apostar no desenvolvimento dos indivíduos e das coletividades.
 - Descentralizar dentro do próprio território (várias vozes).

- A definição de uma política cultural deveria passar pela criação de massa crítica, instigar a participação, criar estruturas.
- Promover o pensamento crítico, a criatividade, a comunicação.
- Cruzamento entre a educação, a cultura e as artes.
- O entendimento da abrangência do conceito de cultura, da diversidade cultural e do ecossistema cultural dos territórios são aspetos fundamentais a ter em linha de conta para se ter plena consciência do papel da cultura e das políticas culturais municipais.
- Os impactos das políticas culturais não se podem resumir a análise da vertente económico-financeira, pois esta deve incluir, entre outros, aspetos relacionados com o desenvolvimento humano e comunitário, bem como o papel transformador da cultura.
- A importância de não esquecer as especificidades dos territórios, para não se cair numa lógica de utilizar modelos importados que podem não responder positivamente às necessidades das populações.

Artigos a propósito deste debate

- Jornal de Notícias, [A municipalização da Cultura é “um problema de ricos”?](#)
- Vânia Rodrigues, [Sobre a municipalização da cultura seguida de ponto de interrogação](#)
- Jorge Salgado Simões, [A insustentável leveza da crítica às políticas culturais municipais](#)